

## CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Jerson Domingos
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo

## 1ª CÂMARA

Conselheiro	Jerson Domingos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira
Conselheiro Substituto	Leandro Lobo Ribeiro Pimentel

## 2ª CÂMARA

Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheira Substituta	Patrícia Sarmiento dos Santos

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmiento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....	2
COORDENADORIA DE SESSÕES .....	5

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	<a href="#">Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012</a>
Regimento Interno.....	<a href="#">Resolução nº 98/2018</a>



**ATOS DE CONTROLE EXTERNO****Juízo Singular****Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos****Decisão Singular Interlocutória****DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ICN - 87/2025**

**PROCESSO TC/MS** : TC/3024/2025  
**PROTOCOLO** : 2797792  
**ÓRGÃO** : PREFEITURA MUNICIPAL DE TACURU  
**JURISDICIONADO** : ROGERIO DE SOUZA TORQUETTI  
**E/OU INTERESSADO**  
**(A)**  
**TIPO DE PROCESSO** : CONTROLE PRÉVIO  
**RELATORA** : CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)  
**ADVOGADA** : DENISE CRISTINA ADALA BENFATT – OAB/MS N.7311

Verifica-se que o jurisdicionado, em sua resposta à intimação (fls. 395 e 396), requereu a prorrogação de prazo para cumprimento do termo de intimação INT – USC – 5419/2025.

À vista disso, considerando que o jurisdicionado apresentou o requerimento tempestivamente e de forma fundamentada, **DEFIRO** o pedido de prorrogação de prazo, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do dia 28 de julho de 2025, para a apresentação dos elementos que entender cabíveis, nos termos do art. 202, inciso V e § 4º, do Regimento Interno do TCE/MS.

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Atividades Processuais para a publicação do ato e demais providências cabíveis, consoante o disposto no art. 70, § 4º do RITCE/MS.

Campo Grande/MS, 30 de julho de 2025.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
(ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo****Decisão Singular Interlocutória****DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ODJ - 91/2025**

**PROCESSO TC/MS** : TC/3495/2025  
**PROTOCOLO** : 2801017  
**ÓRGÃO** : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**DENUNCIADO** : LEOCIR PAULO MONTAGNA  
**CARGO DO DENUNCIADO**: PREFEITO  
**ASSUNTO** : DENÚNCIA  
**DENUNCIANTE** : F.G.S.  
**RELATOR** : CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (Portaria TCE/MS n. 204/2025, DOE/TCE/MS n. 4047 – Edição Extra)

**DO RELATÓRIO**

Trata-se de expediente protocolado na Ouvidoria desta Corte de Contas, sob a forma de denúncia com pedido de medida cautelar, em face do Município de São Gabriel do Oeste, noticiando possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n. 44/2025, vinculado ao Processo Administrativo n. 8535/2025 – Processo Licitatório n. 93/2025.



O objeto do certame consiste na contratação de empresa especializada para o licenciamento de *software* de gestão da saúde, bem como para a prestação de serviços de suporte técnico na plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde, com vistas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal.

A sessão pública destinada à abertura das propostas ocorreu em 9 de julho de 2025, às 9h (horário de Brasília).

Segundo o denunciante, o procedimento licitatório apresenta vícios relevantes, aptos a comprometer a legalidade do certame.

Dentre as irregularidades apontadas, destaca-se, inicialmente, a ocorrência de desordem procedimental, em afronta ao disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que o prazo para manifestação de intenção recursal foi aberto antes da declaração formal da empresa vencedora. Informa-se, ainda, que as manifestações recursais apresentadas pelas licitantes teriam sido indeferidas de forma genérica, sem análise de admissibilidade ou fundamentação individualizada, em desacordo com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Ressalta-se, também, a inobservância da etapa de prova de conceito, prevista como requisito essencial no instrumento convocatório, e a apresentação, pela empresa Nextmed Tecnologia Ltda., de atestados de capacidade técnica emitidos por instituições privadas sem vínculo com o Sistema Único de Saúde – SUS, em desconformidade com as exigências constantes do edital e do termo de referência.

Diante dessas alegações, o denunciante requer:

1. o recebimento e a admissão da denúncia, com a concessão de medida cautelar para suspensão do Pregão Eletrônico n.44/2025;
2. no mérito, o julgamento pela procedência da denúncia, com a consequente declaração de nulidade do procedimento licitatório e/ou do contrato dele decorrente.

O expediente foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, por atender aos requisitos previstos o art. 126, do Regimento Interno deste Tribunal (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, com a redação dada pela Resolução TCE/MS n. 247/2025.

#### DA DECISÃO

A presente denúncia versa sobre supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n. 44/2025, promovido pelo Município de São Gabriel do Oeste, apontando vícios considerados insanáveis, tais como: inversão indevida das fases do procedimento; indeferimento padronizado das intenções recursais, sem motivação individualizada; não realização da etapa de prova de conceito prevista no instrumento convocatório; e apresentação de atestados de capacidade técnica em desconformidade com as exigências editalícias e com o termo de referência.

- **Da inversão indevida das fases**

Constatou-se a inversão indevida das fases do certame, em violação ao art. 71 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que o prazo para manifestação de intenção recursal foi aberto antes da declaração da empresa vencedora.

A condução do procedimento em desacordo com a ordem legalmente estabelecida compromete o exercício regular do contraditório e à ampla defesa, além de fragilizar a segurança jurídica do certame, na medida em que impede o pleno exercício dos direitos recursais pelas licitantes, os quais pressupõem o conhecimento prévio e inequívoco da decisão administrativa e de seus fundamentos.

Conforme se extrai dos autos, a agente de contratação procedeu à abertura do prazo recursal previamente à declaração da vencedora, conforme registrado na peça 4, caracterizando vício procedimental relevante, em evidente afronta ao dispositivo legal supracitado.

- **Do indeferimento padronizado das intenções recursais**

O exercício do direito de recorrer no âmbito dos processos licitatórios constitui garantia fundamental dos licitantes, assegurada pela Constituição Federal (art. 5º, LV) e pela Lei n. 14.133/2021 (art. 165).

Segundo consta na Ata Final do Pregão Eletrônico n. 44/2025 (peça 4, fls. 124-125), as intenções recursais apresentadas pelas licitantes foram indeferidas de forma padronizada, sem motivação específica ou análise individualizada.



Tal conduta viola os princípios do contraditório, da ampla defesa e da motivação, previstos, respectivamente, no art. 5º, LV, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei n. 14.133/2021. Além disso, compromete a regularidade do processo licitatório, na medida em que pode prejudicar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 11 do referido diploma legal, e frustra o direito ao exercício do recurso administrativo, assegurado no art. 165 da mesma norma.

- **Da não realização da prova de conceito**

O item 9.3 do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n. 44/2025 estabeleceu, de forma expressa, a obrigatoriedade de realização de prova de conceito, como condição essencial para aferição da compatibilidade da solução ofertada com as necessidades da Administração, especialmente quanto à implantação da plataforma e-SUS PEC.

Contudo, conforme relatado, essa etapa não foi realizada.

A omissão compromete a verificação da adequação técnica da proposta, em violação aos princípios do julgamento objetivo, da isonomia, da legalidade e da vinculação ao edital, consagrados nos arts. 5º da Lei 14.133/2021. Ademais, prejudica a regularidade do processo licitatório, na medida em que pode obstar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto no art. 11 da referida norma, e dificulta a aferição da conformidade da proposta com as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatórios, nos termos do art.17, § 3º da Lei.

- **Da comprovação de capacidade técnica da empresa vencedora**

A aptidão técnica é requisito essencial à habilitação de empresas em procedimentos licitatórios, garantindo à Administração a contratação de prestador capacitado para a execução do objeto licitado.

No presente caso, os itens 6.2 do edital e 9.12 do Termo de Referência (Anexo I, peça 3) condicionaram a apresentação da proposta e a comprovação da capacidade técnica à apresentação de documentos que demonstrassem a prestação anterior de serviços de implantação da plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde, com treinamento e suporte técnico a profissionais da atenção primária.

A empresa vencedora, Nextmed Tecnologia Ltda., apresentou atestados emitidos por instituições privadas sem vínculo com o Sistema Único de Saúde – SUS, conforme peças 27 e 28.

A ausência de vínculo das entidades emissoras com o SUS foi demonstrada por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (peça 2, fls. 12-13).

A habilitação da empresa em desconformidade com as regras editalícias afronta os princípios do julgamento objetivo, da isonomia, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, além de violar o dever de diligência da Administração Pública na verificação da regularidade da habilitação, nos termos do art. 64 da Lei n. 14.133/2021. Trata-se de importante instrumento para garantir a segurança jurídica e a eficiência do processo licitatório, permitindo à Administração prestar esclarecimento e sanar dúvidas, desde que respeitada a isonomia entre os licitantes.

Diante do conjunto dos elementos constantes dos autos e considerando os indícios de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa previstos no art. 5º, LV, da Constituição Federal, bem como aos princípios da legalidade, da motivação, da vinculação ao edital e da segurança jurídica, de observância obrigatória no âmbito dos procedimentos licitatórios, nos termos do art. 5º da Lei n. 14.133/2021, além da inobservância dos arts. 11, 17, 62, 64, 71 e 165 do referido diploma legal, entendo configurados os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* para a concessão de medida cautelar, nos termos do art. 128, I, do RITC/MS.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 56, 57, I, e 58 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, e nos arts. 128, I, e 149, § 1º, II, “b”, do RITC/MS, **DECIDO**:

1. determinar a **suspensão** do Pregão Eletrônico n. 44/2025, vinculado ao Processo Administrativo n. 8535/2025 – Processo Licitatório n. 93/2025, de responsabilidade do Município de São Gabriel do Oeste, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, ou, caso já homologado, a abstenção de formalizar o contrato dele decorrente ou de dar-lhe execução, até ulterior deliberação desta Corte de Contas, advertindo-se que a medida ora imposta permanecerá vigente até a nova decisão;
2. determinar a **comprovação** do cumprimento desta decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de multa individual no valor de 1.000 (mil) UFERMS, nos termos dos arts. 44, I, e 45, I, ambos da LCE n. 160/2012, c/c o art. 149, § 2º, e art. 210 do RITC/MS;



- intimar** os responsáveis pelas unidades envolvidas no Município de São Gabriel do Oeste, para apresentarem manifestação formal, devidamente fundamentada, acerca dos fatos relatados na denúncia, facultada a juntada de documentos que entenderem pertinentes;
- autorizar** o acesso aos autos ao denunciante, nos termos do art. 3º da Lei n. 9.784/1999, aos responsáveis mencionados no item 3 supra e ao procurador do Município regularmente constituído, nos termos do art. 105 do RITC/MS, condicionando-se, no caso dos agentes públicos, à regularidade dos respectivos cadastros no Sistema e-CJUR;
- encaminhar** os autos à Coordenadoria de Atividades Processuais, para a publicação desta decisão e adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 70, § 4º, do RITC/MS, com a redação conferida pela Resolução TCE/MS n. 247/2025.

Campo Grande/MS, 31 de julho de 2025.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**  
(Portaria TCE/MS n. 204/2025, DOE/TCE/MS n. 4047 – Edição Extra)

**COORDENADORIA DE SESSÕES**

**Pauta – Exclusão**

**Segunda Câmara Virtual**

Informa:

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Waldir Neves Barbosa, excluir o processo abaixo relacionado da 19ª Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, de 04 a 07 de agosto de 2025, publicada no DOETCE/MS nº4107, de 16 de julho de 2025.

**CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA**

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/3936/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2020

**PROTOCOLO:** 2098382

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI

**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):** TC/00007447/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

TC/00008553/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Waldir Neves Barbosa  
Presidente da Segunda Câmara

Coordenadoria de Sessões, 1 de agosto de 2025

Alessandra Ximenes  
Coordenadoria de Sessões  
Chefe

